

Boletim

do

CCAC

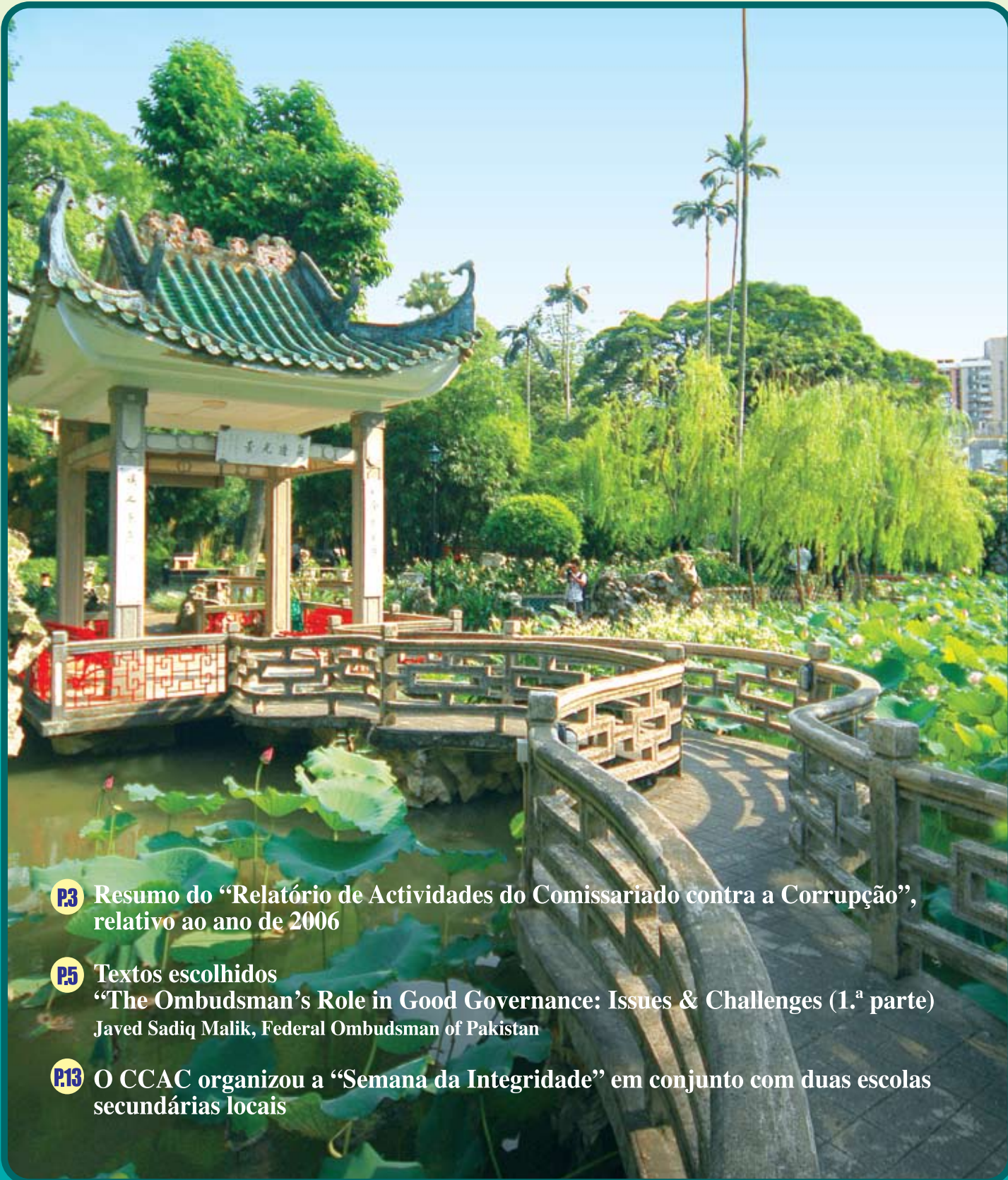


廉政公署
CCAC

TRIMESTRAL
ISSN 1682-8739

N.º 22 - Julho de 2007

Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau



P3 Resumo do “Relatório de Actividades do Commissariado contra a Corrupção”, relativo ao ano de 2006

P5 Textos escolhidos
“The Ombudsman’s Role in Good Governance: Issues & Challenges (1.ª parte)
Javed Sadiq Malik, Federal Ombudsman of Pakistan

P13 O CCAC organizou a “Semana da Integridade” em conjunto com duas escolas secundárias locais

ÍNDICE

- 2 Mensagem do Comissário
- 3 Resumo do “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção”, relativo ao ano de 2006
- 5 Textos escolhidos
“The Ombudsman’s Role in Good Governance: Issues & Challenges (1.ª parte)
Javed Sadiq Malik, Federal Ombudsman of Pakistan
- 9 Vozes da sociedade
Entrevista à Secretária Executiva do Departamento de Educação Missionária da Escola Cham Son, professora Sou Man Kuok
- 10 Revelações de pessoal do CCAC
- 11 Notícias do CCAC
- 13 O CCAC organizou a “Semana da Integridade” em conjunto com duas escolas secundárias locais
- 15 Novidades
- 16 Banda desenhada
- 17 Recortes de Jornais
- 18 Miradouro
- 19 Mostra de trabalhos

Com vista a uma Administração Pública transparente há que envidar esforços

Com o rápido desenvolvimento económico de Macau as solicitações da sociedade tendem a ser cada vez mais complexas e diversificadas, sendo a população também mais exigente quanto à construção da integridade social. Nos princípios de Junho, num encontro que reuniu todos os titulares dos principais cargos políticos, o Procurador Geral, os directores e outros responsáveis principais das entidades públicas, o Chefe do Executivo salientou que a construção da integridade social é extremamente importante para o Governo da RAEM, tendo exortado todos os dirigentes da administração pública a cumprir os seus deveres básicos de integridade e diligência e a exercer as suas funções com lealdade e rectidão. A pedido do Chefe do Executivo, fiz uma intervenção neste encontro sobre algumas realidades na construção da integridade social.

Sem estarmos com rodeios, é evidente que, hoje em dia, é menos frequente a necessidade de recorrer aos “chás” ou “cafés”, ou mesmo às relações de amizade, para se tratar de algumas formalidades ou solicitar informações sobre o andamento de um processo, como acontecia no passado. No entanto, os casos que envolvem avultados interesses económicos, como o caso que foi descoberto recentemente, demonstram que os passos dados para a construção da integridade social são ainda pouco satisfatórios para os cidadãos face ao grande impacto dos interesses resultantes da rápida transformação económica. Assim sendo, tanto eu, que tutelo o combate à corrupção, como os dirigentes dos serviços públicos, devemos reconhecer a realidade de que “todos nós temos ainda de envidar maiores esforços”, precisando de redobrar o empenho para o sucesso de “Macau governado pelas suas gentes”, contribuindo para “governar Macau segundo a Lei” e cumprindo o nosso dever de criar uma sociedade justa, imparcial e harmoniosa.

Actualmente, o CCAC acompanha com atenção as eventuais tentações a que podem estar sujeitos os trabalhadores dos serviços públicos que mantêm relações com o ramo empresarial, e também alguns procedimentos e disposições legais que possam facilmente suscitar problemas. Para tal, o CCAC irá, por um lado, reforçar a fiscalização sobre as “áreas com maior risco” de corrupção e, por outro lado, salvaguardar a integridade da equipa de funcionários públicos, recorrendo a medidas mais rigorosas. Para além disso, o CCAC reforçará a comunicação e a cooperação com os serviços públicos, especialmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de denúncia da prática de crimes e de infracções disciplinares por parte dos serviços; uniformizar as interpretações e posições jurídicas e consolidar o mecanismo de supervisão interna. Entretanto, urge que todos os serviços públicos que enfrentem as más influências melhorem a gestão da conduta ética dos trabalhadores sujeitos a um maior risco da prática deste tipo de crimes funcionais e que estabeleçam um conceito correcto de ética administrativa.

A construção da integridade social é uma obra sistemática cujo resultado depende do apoio e da colaboração da população. Enquanto a produção dos regimes jurídicos não se adaptar plenamente ao rápido desenvolvimento económico, para além de ser necessário aos dirigentes dar bons exemplos com a própria conduta e serem exigentes consigo próprios, a fiscalização por parte da população assume um papel primordial para a promoção da integridade. A população, exercendo o poder de fiscalização, não só poderá salvaguardar os seus próprios direitos e legítimos interesses, como também poderá encontrar deficiências nos regimes jurídicos, mudando gradualmente a atitude da sociedade perante o problema da corrupção e dos crimes funcionais em geral, até à “intolerância absoluta”.

Estamos convictos de que, com o esforço de todos, Macau será certamente uma cidade próspera onde reinará uma administração pública transparente.



廉政公署
CCAC

Boletim do CCAC

N.º 22 – Julho de 2007

Edição: Comissariado contra a Corrupção

Coordenação: Departamento de Relações Comunitárias do CCAC

Design e arranjo gráfico: Bruno Design

Impressão: Bruno Design

Tiragem: 2,000

As sugestões e os pedidos de aquisição do

Boletim do CCAC devem ser dirigidos a:

Comissariado contra a Corrupção –

Departamento de Relações Comunitárias

Alameda Dr. Carlos d’Assumpção,

Edif. Dynasty Plaza, 14.º andar, Macau

Tel: (853) 2832 6300

Fax: (853) 2836 2336

<http://www.ccac.org.mo>

ISSN: 1682-8739



Resumo do “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção”, relativo ao ano de 2006

O “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção, relativo ao ano de 2006” foi submetido, nos termos da lei, recentemente, ao Chefe do Executivo. O documento pormenoriza os trabalhos desenvolvidos pelo CCAC durante 2006, no âmbito do combate à corrupção, provedoria de justiça, relações comunitárias e trabalho administrativo. Seguidamente apresentamos, de forma resumida, o seu conteúdo:

Em 2006, foram recebidas, no total, 840 queixas e participações, o que corresponde a uma descida de 24,3% relativamente a 2005. Dessas queixas e participações, as de incidência penal foram 586 e as de provedoria de justiça 254. Dessas, 57 reuniram condições para a instrução de processos. Ao juntarem-se os casos transitados de 2005 e os reabertos em 2006, foram tratados 116 processos. Fruto de um ano de trabalho, 69 dos casos com instrução de processo foram dados como findos, incluindo 18 que foram remetidos para o Ministério Público. Os casos remetidos têm a ver sobretudo com a prática de actos fraudulentos, abuso de poder e corrupção passiva de funcionários públicos bem como com crimes de corrupção eleitoral. A par disso, o Tribunal concluiu também neste ano os julgamentos referentes a oito casos, entre os quais se destacam três casos de irregularidades nas eleições, em que a acusação de grande parte dos arguidos foi considerada procedente.

No ano transacto, a “Transparência Internacional” e a “Consultoria de Risco Político e Económico (Political & Economic Risk Consultancy, PERC)” classificaram a situação da corrupção em Macau como sendo de baixo risco. Segundo o resultado de um inquérito feito por uma instituição académica local, os cidadãos que afirmaram não deparar com casos de corrupção há vários anos foram mais de 92% do total de inquiridos. No final do ano o CCAC descobriu o maior caso de corrupção e fraude jamais detectado em Macau. Estes números e fenómenos evidenciam a determinação da RAEM na promoção da integridade bem como o resultado dos esforços desenvolvidos para diminuir o fenómeno. No entanto, demonstram que, perante o rápido desenvolvimento económico, se torna necessário estar alerta para os problemas mais elaborados que surgem, resultante das insuficiências do sistema e de “regras ilícitas implícitas”.

Em 2006, foram recebidas, no âmbito da provedoria de justiça, 254 queixas e participações, registando-se um aumento de 15,5% relativamente ao ano anterior. Matérias respeitantes ao Regime da Função Pública, assuntos municipais e funcionamento da Administração foram as mais visadas nas queixas e participações dos cidadãos. De entre elas, três casos foram objecto de diligências mais aprofundadas, bem como de recomendações e sugestões. A par disso, foram recebidos 753 pedidos de consultas, dos quais se destacam os relativos à habitação económica/social, obras ilegais e transgressões ao Código da Estrada.

No que se refere à pesquisa de funcionamento, foram concluídas as pesquisas do regime da “Análise e estudo sobre o regime eleitoral da Assembleia Legislativa” e do “Poder de intervenção que a Administração detém em relação



O “Relatório de Actividades do CCAC”, relativo ao ano de 2006



O Comissário contra a Corrupção entregando ao Chefe do Executivo o relatório anual do CCAC, de 2006

objecto de atenção da sociedade. Continuou-se a acompanhar a implementação das medidas para a melhoria do funcionamento do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e da Direcção dos Serviços de Saúde.

Em 2006, as acções de sensibilização continuaram a ser desenvolvidas com vista a promover a integridade social e a obter o apoio dos cidadãos para a construção de uma sociedade íntegra. Ao mesmo tempo, face ao desenvolvimento social, o CCAC adaptou uma estratégia publicitária para divulgar, de forma mais activa, as suas funções no âmbito da provedoria de justiça, tendo em vista promover a ética da Administração Pública. Durante o ano, realizaram-se 366 palestras, com a presença de 23.720 participantes. O CCAC continuou também a reforçar a educação moral sobre a integridade da juventude, enriquecendo o conteúdo do material didáctico para educação moral dos estudantes do ensino primário e preparando a criação de uma página electrónica dedicada à honestidade da juventude.

A Delegação do CCAC na Zona Norte tornou-se cada vez mais conhecida pela população, desempenhando um papel positivo na promoção das relações comunitárias e no reforço da educação cívica sobre integridade da juventude. Em 2006, recebeu queixas, participações e pedidos, num total de 517 registos, um grande aumento em comparação com 2005, sendo a maior parte apresentada pessoalmente, o que reflecte que a Delegação tem a confiança e o acolhimento dos moradores.

Em geral, o ano de 2006 foi considerado um ano com dificuldades no campo do combate à corrupção. Apesar disso, foi um ano que levantou o ânimo dos funcionários e que teve um significado especial. É certo que os trabalhos de combate à corrupção são tarefas contínuas. No entanto, o caminho nem sempre é linear, principalmente porque perante o rápido e contínuo desenvolvimento económico não existe a mínima margem para se abrandar.

O “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção”, relativo ao ano de 2006 será publicado em breve. Os cidadãos interessados podem fazer o download do seu texto integral e do relatório de pesquisa do regime “Poder de intervenção da Administração sobre a utilização e má administração dos edifícios privados” na página electrónica do CCAC (<http://www.ccac.org.mo>).

à utilização e má administração dos edifícios privados”, cujos relatórios foram já entregues ao Governo. Entretanto, deu-se também início à pesquisa sobre o regime de concessão de terrenos e adjudicação de obras que estará pronta, previsivelmente, ainda em 2007. Relativamente à pesquisa de funcionamento feita em colaboração com a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, procedeu-se à pesquisa sobre o procedimento de tratamento das obras ilegais que têm sido



The Ombudsman's Role in Good Governance: Issues & Challenges (I)

Javed Sadiq Malik (Federal Ombudsman of Pakistan)

Introduction

This paper addresses what may be considered as some of the current challenges Ombudsman in our region, and indeed around the world, face in terms of how effectively they discharge their functions. It also discusses the manner in which a number of countries in the region have devised ways to deal with the issues giving rise to such challenges, with the ultimate objective of strengthening the office of the Ombudsman to enable better service delivery.

The purpose of such conferences, very largely, as I see it, is to keep revisiting such issues and challenges and, with every successive conference, to exchange current views and developments on them, learn from each other of steps and initiatives taken and take home lessons from the good practices that can be adapted to local circumstances and conditions. This is obviously a continuous process in which each conference acts as a building block and contributes to refinement in concepts, as well as in the thinking, on systems and processes that can add value to the Ombudsman's work.

The important theme that I have for today's paper is the effectiveness of the Ombudsman in the discharge of his functions and the elements that contribute to it. The subject is important because the perception is not uncommon in many countries that the Ombudsman lacks the strength and influence to ensure outcomes to satisfaction of complainants. Strength by no means exclusively denotes the power and authority given to him given to him by the law;

although this is perhaps a major contributory factor in how seriously he is taken by public agencies. However, of no less importance are aspects such as how well his institution is manned, what service and performance standards he has set for his team, what his relationship structure is with other agencies responsible for public accountability, to what degree he has raised the awareness level about his office and to what extent he has upgraded his operations through the use of modern technology. These are just some, amongst many, dimensions that lend the office of the Ombudsman authority and influence and, in many ways, give him greater credibility than through directly vesting him with powers under the law.

Legal Empowerment

Direct legal powers, including jurisdiction, remain important and clearly different countries have empowered their Ombudsmen differently in this respect. A number of countries have given wide jurisdiction to the Ombudsman that gives him authority to entertain complaints against a large number of institutions and agencies. Some countries have combined in the authority given to such institutions, powers for both complaint redressal as well as for prosecution. Others have placed at the disposal of the Ombudsman, agencies that investigate and prosecute.

In China, the main administrative supervisory body, the Ministry of Supervision, functions directly under the leadership of Premier which gives it enormous clout. It is empowered by law to inspect,



investigate, recommend and, most significantly, to impose administrative penalties directly. The jurisdiction of the Ministry is extensive in terms of coverage of departments and the officials of the central government down to the provincial and even lower levels. In the Philippines, the office has a constitutional basis and is empowered with both preventive as well as punitive powers. The jurisdiction is vast and encompasses persons from the highest ranking cabinet members down to the lowest employee. The Ombudsman can prosecute persons in courts, suspend persons pending investigation and is the only authority, apart from courts of law, which can order examination of bank accounts of persons under investigation. Judicial intervention has been limited by prohibiting any courts, except the Supreme Court, from issuing any injunction to delay investigation being conducted by the Ombudsman.

The extraordinary power of freezing bank accounts is also enjoyed by the Inspector General of our host country, the Socialist Republic of Vietnam. In Sri Lanka, the Parliamentary Commissioner for Administrative can in cases, where a complainant suffers owing to delay unfair decisions, award compensation to such complainant. Country practices also differ in respect of when a complainant can approach the Ombudsman. Some Ombudsman can entertain a complain straight away; others only have the jurisdiction to do so after the complainant has exhausted other avenues of redress.

Some countries, such as the Kyrgyz Republic, give even wider legal powers enabling the Ombudsman to act against violation of human rights under the constitution. The Iranian Inspector General also has wide jurisdiction covering, in his mandate of inspections, the execution of the plans and programs

of government with powers to suspend delinquent employee and, under special circumstances and empowerment, the authority of temporary arrest and detention.

In Pakistan, the Wafaqi Mohtasib, or the Federal Ombudsman, has been given jurisdiction over federal agencies in, so to speak, a “residual” sense, that is after certain specialized areas such as federal taxation, insurance and banking have been made the responsibility of independent Ombudsmen. Also excluded from the jurisdiction of the Wafaqi Mohtasib are certain specific subjects such as matters relating to external affairs and the defence of Pakistan. Within his area of jurisdiction, the law gives the Mohtasib adequate powers to investigate complaints and, during this process, to compel attendance of persons as well as productions of documents, as well as inspect, enter and search any premises. He also has powers similar to that of the Supreme Court, in matters of punishment for contempt. But he has no further punitive powers or powers to enforce his findings beyond making recommendations, against which agencies have the recourse to file a representation before the President. In case no action is taken on his recommendations, the Mohtasib can also refer the matter to the President, seeking a direction to the agency concerned to implement the recommendation.

But ultimately, all powers and jurisdiction given to an Ombudsman by any sovereign is a political decision. While the extent of such powers certainly determines the position of his office, the Ombudsman has no role in its decision making. Legal empowerment is only a start and only one element that will determine his effectiveness. From this point onwards, he is on his own and needs to take into account the multi-dimensional nature of approaches and elements for



greater effectiveness.

I mentioned earlier, in passing, some of these important elements and now let me take them up at greater length for consideration.

The Value of Networking

I do believe that, to be effective, an Ombudsman cannot afford to function as a loner. In any government the Ombudsman is just one institution charged with handling complaints against state agencies. Even if the Ombudsman combines in his role of grievance redressal, the authority to take cognizance of corrupt practices and violation of human rights, he only gives himself an advantageous start; it does not assure him of effective service delivery without the development of a system that promotes close collaboration and coordination with the other accountability agencies, with the government entities under investigation and, most importantly, with civil society at large i.e. the public, which has rightly been called the ultimate stakeholder. Cooperation with, and support from, all stakeholders, official and private, is key to successful and effective outcomes in the Ombudsman's work.

There has been a growing recognition of the importance of such networking and the Asian region has many good examples of such efforts. Thailand, for instance maintains a relatively small office of the Ombudsman and emphasizes the establishment of a network with other organizations, agencies and non-government organizations for better public access and timely service. It has identified areas and agencies generating the bulk of the complaints received and developed cooperation networks and formalized them by signing memoranda of agreements for closer coordination with focal points within such agencies.

The Ombudsman has also signed agreements with active non-government agencies, such as the Law Society, and other volunteer groups all of which act, in a sense, as extensions of the Ombudsman's office in matters of complaint referral and provide assistance in screening information to promote speedy outcomes.

The Malaysian model provides an interesting example of an internally built support system to lend greater effectiveness to the findings of the Public Complaints Bureau, the PCB. The PCB makes its recommendations not directly to government agencies, but through the powerful Permanent Committee of Public Complaints, the PCPC which is headed by the Chief Secretary to the Government of Malaysia. This linkage provides to the PCB a level of support that can be crucial to prompt implementation in the not uncommon model where the Ombudsman has no direct power under the law to enforce his recommendation. The PCB also derives support from its Advisory Board which comprises distinguished public figures with vast experience in their fields in both the public and private sector.

I believe the office of the Ombudsman in the Philippines has also entered into covenants with other constitutional offices, such as the Civil Service Commissions and the Commission on Audit to jointly undertake steps against corrupt practices through efficient sharing of information.

Japan offers a more elaborate example of the formal linkage established by the Ombudsman system with civil society and volunteers. In fact the extensive use of such organizations in dealing with daily complaints frees the Ministry to address the more fundamental issues of systemic change to minimize repetition of similar complaints, and brings out the great utility



of networking in relieving the Ombudsman system of dealing exclusively with routine complaints and enabling it to focus on improving systems and operations of national administration.

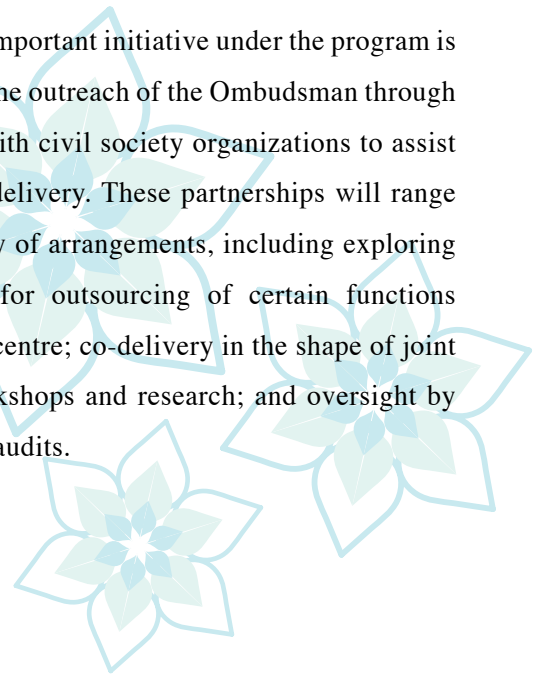
The spread of this network in Japan can be gauged from the fact that there are today 5,000 governments – commissioned counselors in the country and the public can find at least one in the municipalities in which they live. Approximately 70% of the complaints are received and dealt with by the administrative counselors in various districts of the country while the remaining 30% are received and handled by the field offices of the Ministry. The focus on addressing fundamental issues of reforms, rather than mere complaints, is also evident from the existence of an Administrative Convenience Resolution Promotion Council, an advisory body, comprising private sector experts from legal, academic, and media circles, which gives third party opinion based on free ideas not restricted to existing administrative practices.

These are just some examples to show how countries in Asia are organizing the operation of their Ombudsmen offices by creating collaborative and support mechanisms to not only leverage their operations through the enhanced synergy created, but also to give themselves space to look beyond mere symptoms of weak systems and focus on diagnosing the underlying disease with the objective of minimizing repetitive complaints. This approach has particularly higher value in developing countries where, owing to relatively weaker administrative systems, complaint volumes can be overwhelming. Without close collaboration with other stakeholders, the Ombudsman's role is likely to be restricted to whole time investigation, thus detracting from his multidimensional functions that includes remedial

action targeted at the root causes of malgovernance.

In Pakistan, we are now consciously engaged in reforming the complaint redressal system by taking a number of initiatives under the Asian Development Bank funded Access to Justice Program, presently under implementation. One of our important areas of interest and focus under this program is the development of an internal public redress system in addition to the external system of the Ombudsmen at the federal and provincial levels. Principal Officers in each Ministry at the federal level and in departments at the provincial level are being appointed and the Ombudsman offices in the country will engage with them with the objective of getting complaints resolved, in the first instance, at the agency level, as promptly as possible to reduce case load on the Ombudsman.

Another important initiative under the program is to strengthen the outreach of the Ombudsman through engagement with civil society organizations to assist us in service delivery. These partnerships will range across an array of arrangements, including exploring opportunities for outsourcing of certain functions such as a call centre; co-delivery in the shape of joint advocacy workshops and research; and oversight by way of social audits.





“A melhoria dos valores éticos e da honestidade da juventude depende da colaboração de todos”

Entrevista à Secretária Executiva do Departamento de Educação Missionária da Escola Cham Son, professora Sou Man Kuok

O CCAC organizou há pouco tempo, em conjunto com a Escola Secundária Cham Son, a “Semana da Integridade” (pormenores na página 12). Como uma das organizadoras desta iniciativa, a professora Sou Man Kuok considera que a actividade foi uma boa oportunidade para os alunos reforçarem a consciência da integridade e da honestidade.

“A maior característica da iniciativa é a grande participação dos alunos”, reconheceu a professora. Para além da representação teatral e produção dos filmes sobre juízo de valor, os alunos também participaram com entusiasmo em outras actividades alusivas à “Semana da Integridade”, entre as quais se destacam as actividades literárias, seminários temáticos e exposições. Reinava uma atmosfera de integridade na escola. Disse a professora que, a oportunidade aos alunos dos anos de escolaridade superior para partilharem as suas opiniões, com os alunos dos primeiros anos, sobre a corrupção e aos valores éticos. Quanto à forma como surgiu a ideia, adiantou que é mais prática a troca de experiências adquiridas durante o processo de aprendizagem, entre os colegas, nomeadamente sobre os vários aspectos relacionados com esses valores. As noções que os adultos incutem aos alunos são vistas por estes, muitas vezes, como “os professores a dar instruções ou a pregar sermões”. Por outro lado, a voz do “coração” que sai dos colegas faz com que se identifiquem mais facilmente com as ideias, defendeu esta docente.



Filme experimental para auto-reflexão e compreensão dos alunos

Esta professora tem por hábito conceber trabalhos práticos relacionados com a educação para a vida ou com os valores éticos, para que os alunos os realizem em grupo. Os filmes de curta metragem que foram visionados na cerimónia de abertura são exactamente os trabalhos práticos dos alunos do 3.º Ano do Curso Secundário Complementar (12.º Ano de Escolaridade). Sou Man Kuok considera que estes filmes mostram realmente a atitude dos alunos para com o dinheiro. Relativamente à iniciativa dos alunos, que espalharam propositadamente nota pelo chão, serviu para ver a reacção de todos os presentes e tirar ilações. Uns deixaram-nas no chão, outros apoderaram-se delas ou apanharam-nas furtivamente, enquanto que outros, na dúvida, acabaram por fazer de conta que não as tinham visto e foram-se embora. É claro que outros apanharam o dinheiro e entregaram-no à escola.

O facto de os alunos terem reacções diferentes é bastante normal para a professora Sou. Isto porque a escola é uma sociedade em miniatura. No entanto, o que lhe casou surpresa foi o facto de os alunos conseguirem compreender, através da sua própria observação, e partilhar a conclusão inferida. Perante as tentações do dinheiro, tudo depende da essência e do juízo de valor duma pessoa e ainda do modo como trata o dinheiro. Através da participação e da partilha, os alunos podem ter uma melhor consciencialização.

É necessário melhorar o valor da ética e da honestidade dos alunos

Falando da questão da honestidade dos alunos do ensino secundário, a professora considera que “fazer batota nos exames” é uma situação preocupante, na medida em que muitos alunos pensam que fazer batota, copiar trabalhos de casa e enganar os professores não são actos desonestos.

Na opinião de Sou Man Kuok, a melhoria dos valores éticos de honestidade da juventude depende da colaboração dos diversos sectores sociais. Os alunos do ensino secundário elementar estão ainda numa fase de muitas incertezas e começam a ter o seu quadro de vida próprio, assim como, no ensino secundário complementar, os seus próprios valores, podendo, portanto, as escolas, ajudá-los a livrar-se do jogo do desejo material e a incutir valores correctos, sempre que tenham essa oportunidade, atribuindo importância à voz dos alunos no sentido de proceder ao ajustamento atempado, em resposta às situações dos alunos e às solicitações da sociedade.

Complementando, a professora afirmou que “para além dos esforços dos professores, dos assistentes sociais nas escolas, do educador moral, das organizações voluntárias, das entidades sem fins lucrativos e dos serviços públicos competentes, os órgãos de comunicação social e toda a população desempenham também um papel extremamente importante”.

Todos estão a desempenhar o papel de “formadores”

Segundo Sou Man Kuok, todos os adultos com quem os jovens contactam durante o seu período de formação de valores são “formadores”. As suas palavras ou os seus actos afectam, directa ou indirectamente, os alunos, desempenhando, por isso, um papel semelhante ao do “professor”. A melhoria ou alteração das qualidades dos adultos e o conceito que eles têm dos valores, serão suficientes para influenciar a nova geração.

Apesar das rápidas mudanças do macro-ambiente social, a professora Sou Man Kuok está convencida de que, com um esforço concertado e através de um tratamento prospectivo e a curto prazo, os jovens desta geração tornar-se-ão pessoas com valores correctos.



Da imparcialidade nasce a justiça; da integridade o respeito - A visita a Kaifeng Fu

Por Cheng Chi



O famoso Palácio do Governo de Kaifeng



A solene sala de audiências onde o presidente julgava os criminosos

Nos finais de Maio deste ano, acompanhei os dirigentes do CCAC nas visitas a Beijing e Henan. A par dos contactos, tive oportunidade de visitar a cidade de Kaifeng, tendo percorrido o famoso Kaifeng Fu, Palácio do Governo de Kaifeng da Dinastia Song do Norte (960 ~1127 d.C.)

O Kaifeng Fu foi construído em 907 d.C., tendo sido inundado nos finais da Dinastia Ming (1368~1644 d.C.) pelas cheias do Rio Amarelo. O Palácio do Governo de Kaifeng que hoje existe é uma reconstrução edificada ao longo da margem norte do lago Bao Gong.

Kaifeng era a capital na Dinastia Song do Norte, onde se centralizavam os poderes administrativo e judicial. Muitos estadistas, letrados, pensadores e estrategas de renome desempenharam cargos neste local. A “Integridade e firmeza” era a cultura por que se pautava a governação de Kaifeng Fu e faz com que esta seja a sede governamental dos tempos antigos da China mais conhecida no mundo.

Na sala de audiências do palácio, onde o presidente da capital trabalhava, existem três placas. Na do meio lê-se “正大光明” (Justiça e honra), na da esquerda “清正廉明” (Honesto e limpo) e na da direita “勤政為民” (Servir diligentemente o povo). O quadro atrás da secretária, onde estão representadas águas do rio, simboliza que todos os oficiais devem ser íntegros. As guilhotinas do dragão, do tigre e do cão estão colocadas em frente da secretária. Tudo isto faz reinar na sala uma atmosfera de imparcialidade e de promoção da justiça.

Olhando para estas guilhotinas, parece que vejo o Meritíssimo Juiz Bao, que não temia os poderosos e que lutava contra os oficiais corruptos, imaginando também os corruptos a acabarem por ser decapitados nas guilhotinas de bronze. O facto de Kaifeng Fu ser famoso reflecte a vontade do povo em procurar a justiça. “Da imparcialidade nasce a justiça; da integridade o respeito” expõe o modo como deve ser um oficial governamental. Um oficial que actua com “imparcialidade” é necessariamente perspicaz, defendendo a justiça em prol do povo. Um oficial “íntegro” inspira necessariamente respeito, merecendo o apoio do povo.

Penso que, seja como for, é constante a vontade das pessoas em procurar a justiça. Como trabalhador do CCAC, compreendo ainda que a construção duma sociedade íntegra não é trabalho fácil nem o seu caminho é sempre linear. Durante o percurso surgem sempre frustrações mas, se nos mantivermos firmes nas nossas convicções, esse caminho será certamente cada vez mais simplificado.



O édito imperial promulgado durante a Dinastia Song do Norte sobre o modo como deviam actuar as autoridades civis e militares



O Comissário contra a Corrupção e comitiva visitaram várias procuradorias de Beijing e de Henan

A convite da Procuradoria Suprema Popular da China, o Comissário contra a Corrupção, em finais de Maio, chefiou uma delegação de oito elementos numa visita de seis dias a Beijing e à Província de Henan. Esta visita não só permitiu ao CCAC inteirar-se da situação do combate à corrupção na China continental, como também contribuiu para o estabelecimento de contactos com as diferentes procuradorias no âmbito da colaboração recíproca e troca de informações, tendo chegado a vários acordos de reforço dessa cooperação.

Durante a sua estada em Beijing, a delegação foi recebida pelo Vice-Ministro do Ministério de Supervisão, Huang Shuxian, com um banquete. Ambas as partes trocaram opiniões sobre os trabalhos e confirmaram alguns projectos de cooperação. A delegação visitou também a Procuradoria Suprema Popular e Procuradoria Popular da Cidade de Beijing, tendo-se encontrado com o Procurador Geral Adjunto da Procuradoria Suprema Popular, Zhang Geng; o Director da Direcção Geral contra a Corrupção, Wang Jianming; e o Procurador Geral da Procuradoria da Cidade de Beijing, Mu Ping. Nestes encontros, a delegação obteve informações mais actualizadas sobre o combate à corrupção na China e chegou a acordos sobre o reforço da cooperação. O Comissário contra a Corrupção, Cheong U, defendeu que, com o forte apoio do Governo da RAEM, e a plena colaboração dos diversos sectores sociais, os trabalhos de combate à corrupção do CCAC têm apresentado resultados visíveis. O reforço da cooperação e troca de experiências com as procuradorias da China continental assumem um papel importante nos trabalhos do CCAC, pelo que, no futuro, certamente se irão realizar visitas regulares. A delegação visitou também o novo campus da Universidade de Segurança Pública da China, onde se trocaram opiniões sobre a formação de pessoal.

Durante a estada na Província de Henan, a delegação trocou opiniões com o Procurador-Geral da Procuradoria Popular da Província de Henan, Wang Shangyu, que recebeu a comitiva com um jantar. Durante o encontro, o Comissário contra a Corrupção deu a conhecer as actividades do CCAC. Para além desta visita, a delegação manteve encontros com os procuradores das Procuradorias das Cidades de Kaifeng, de Zhengzhou e de Dengfeng.



O Procurador Geral Adjunto da Procuradoria Suprema Popular, Zhang Geng, recebendo uma lembrança oferecida pelo Comissário Cheong U



A Delegação do CCAC e o Vice-Ministro do Ministério de Supervisão, Huang Shuxian (quarto a contar da direita na fila da frente)



Troca de opiniões entre a delegação do CCAC e o Procurador Geral da Procuradoria Popular da Província de Henan, Wang Shangyu

Comitiva do CCAC participa na reunião do Ombudsman Asiático



Troca de lembranças entre o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, e o Vice-Inspector Geral da Inspeção Governamental do Vietnam, Le Tien Hao

Realizou-se a 10ª Conferência Anual da Associação de Ombudsman Asiático (AOA), bem como a reunião da Direcção, dos dias 25 a 28 de Abril, em Hanoi, Vietnam, onde participaram cerca de 20 delegações provenientes de vários países.

O Comissário contra a Corrupção, Cheong U, chefiou uma delegação que participou nesta conferência, tendo o seu Assessor, Dr. Vu Ka Vai, proferido um discurso sobre o tema “O papel da Provedoria de Justiça no combate à Corrupção”, onde, através de casos reais recentemente tratados pelo CCAC, deu a conhecer como o trabalho da Provedoria de Justiça poderá produzir efeitos eficazes na prevenção e combate à corrupção.

O Comissário contra a Corrupção foi eleito pelos membros da Direcção como Auditor da AOA.



Participantes no 1.º Simpósio da IAACA visitam o CCAC

Cerca de sete dezenas de representantes dos diversos países e territórios que participaram no primeiro simpósio da Associação Internacional das Autoridades Anti-Corrupção (IAACA), organizado pela Suprema Procuradoria Popular da China, estiveram reunidos em Macau desde dia 25 de Junho, para participar nas actividades de Macau, tendo visitado o Comissariado contra a Corrupção e o Ministério Público.

O referido simpósio teve lugar a partir do dia 17 de Junho em Guangzhou, tendo depois os representantes participado em actividades de Hong Kong durante dois dias. Os participantes chegaram a Macau no dia 25 à tarde, sendo provenientes de 36 países e territórios, incluindo Canadá, França, Índia, Suíça, Singapura, Rússia, Roménia, Namíbia, Uganda, Mongólia, Coreia do Sul, etc. Dois são representantes da Organização das Nações Unidas, havendo também alguns ministros e procuradores-gerais na delegação.

Durante a visita à sede do CCAC foram recebidos pela Comissária contra a Corrupção substituta, Tou Wai Fong, e pelo Chefe do Gabinete do Comissário substituto, Vu Ka Vai, que fizeram uma exposição sobre as funções do CCAC e o regime de declaração de rendimentos e interesses patrimoniais dos trabalhadores da função pública, tendo depois havido lugar a uma troca de opiniões.



A Comissária contra a Corrupção substituta, Tou Wai Fong e alguns participantes no simpósio



Os representantes nas Ruínas de São Paulo

O CCAC no curso “Strategic Corruption Control and Organizational Integrity”



O representante do CCAC (ao meio) no Curso de Estudos Superiores intitulado “Strategic Corruption Control and Organizational Integrity”

O Instituto Inter-Universitário de Macau e a Organização Não Governamental TIRI organizaram, no final de Maio, um curso de Estudos Superiores intitulado “Strategic Corruption Control and Organizational Integrity”. O curso contou com oradores vindos de organizações do combate à corrupção e instituições de ensino internacionais de Inglaterra, Brasil, Portugal, Israel e Bulgária.

Com a apresentação do representante do CCAC nesta iniciativa sobre o regime de provedoria de justiça de Macau e os trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos anos, os formandos tiveram conhecimentos mais profundos relativamente à prevenção da corrupção em Macau.



“Semana da Integridade” promovida pelo CCAC e Escola Cham Son

A “Semana da Integridade”, promovida pelo Comissariado contra a Corrupção, inaugurou-se na Escola Cham Son de Macau a 16 de Abril. A Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção, Ho Ioc San, e o Director da Escola, Lei Cheok Kin, discursaram na cerimónia de inauguração, exortando os alunos a serem dignos e honestos.

Alunos da Escola Cham Son cantaram o tema “A honestidade” e exibiram um vídeo realizado e produzido por eles sobre o que fazer quando se encontra dinheiro alheio.

Com a cerimónia de arranque iniciaram-se as actividades alusivas à “Semana da Integridade”, destacando-se a exposição sobre as funções do CCAC e os casos reais tratados e a organização do seminário sobre a integridade. Foi também lançado um concurso literário subordinado ao tema “será que a riqueza representa sucesso?”. Os premiados foram os seguintes:

Grupo do Ensino Secundário Elementar: Pun Weng Chio e Ng Tin Iao.

Grupo do Ensino Secundário Complementar: Ng Chi Seong, Ng Weng I, Pun Ka Meng e Chan Sok In.

O CCAC pretende, em complementaridade com as actividades e aulas de formação cívica nas escolas, incutir valores correctos e o respeito pela lei nos estudantes do ensino secundário, através de meios diversificados e interactivos.



Ho Ioc San a proferir discurso aos alunos da Escola Cham Son

“Semana da Integridade” promovida pelo CCAC e Escola Portuguesa

Em Maio, entre os dias 3 e 10, decorreu na Escola Portuguesa mais uma Semana da Integridade, promovida pelo CCAC. Este ano, as actividades consistiram em duas sessões de sensibilização para os alunos do 7º ano e num vivo debate com os alunos do 8º ano, que haviam já participado em palestras enquanto alunos do 7º ano e trabalhado os temas no corrente ano, no âmbito da disciplina de Educação Cívica.

O objectivo do CCAC é chamar a atenção dos jovens estudantes para a importância da integridade e do cumprimento da lei. Os alunos da EPM, embora bastante jovens, mostraram-se interessados e participaram activamente nas sessões, pondo diversas e pertinentes questões.

Durante o mês de Abril esteve aberto um concurso de trabalhos subordinado ao tema “Integridade, Cumprimento da Lei e Luta Anti-Corrupção”. Encerrado o concurso, em que participaram mais de 20 alunos, o júri, composto por dois elementos da EPM e um do CCAC, decidiu atribuir os prémios aos trabalhos colectivos dos seguintes alunos:

1º lugar: Catarina Capelo e Inês Santos

2º lugar: Miguel Ornelas e Rebeca Almeida

3º lugar: Alexandrino Jacinto, Bernardo Botelho e Nuno

Chan

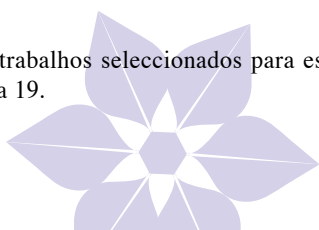
Os trabalhos seleccionados para este boletim estão inseridos na página 19.



Seminário da “Semana da Integridade” na Escola Portuguesa



Exposição dos trabalhos dos alunos da Escola Portuguesa



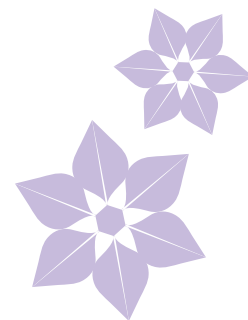


O CCAC recruta mais pessoal

O CCAC lançou um novo concurso para recrutamento de pessoal e recebeu um total de 3.568 candidaturas para as áreas de combate à corrupção, de divulgação, de educação, e área administrativa e financeira.

Os candidatos são seleccionados através, designadamente, da avaliação do seu comportamento e conduta moral, do seu comportamento no ensino escolar, das habilitações académicas, profissionais e técnicas, e do nível linguístico; e da consideração de condições preferenciais para a admissão, bem como da ponderação de qualidades para o desempenho de funções no CCAC. Pormenores:

Área	Posto	Vagas	Candidatos
combate à corrupção	investigador	11	1.522
	investigador auxiliar	1	334
divulgação e sensibilização	técnico ou adjunto-técnico	2	1.330
administração e finanças	receptionista	1	400
Total		15	3.586



As provas de acesso já foram concluídas. Os admitidos receberão formação a partir do início de Agosto, consoante os cargos que irão desempenhar.



Os interessados a entregar a ficha de candidatura ao CCAC



A prova escrita



Os candidatos a investigador prestando provas de aptidão física

Dia da Criança com o Urso Mensageiro



Cidadãos na tenda de jogos do CCAC, nas actividades alusivas ao Dia da Criança 2007, organizadas pela Associação Geral dos Operários



Dia da Criança com o Urso Mensageiro na Delegação do CCAC

À semelhança dos anos anteriores, o CCAC organizou uma série de actividades por ocasião do Dia da Criança. Seiscentos e setenta e um estudantes das diversas escolas primárias passaram o Dia da Criança com o Urso Mensageiro na Delegação do CCAC. Para além das visitas e jogos, ajudaram o Urso Mensageiro, Guilherme, a descodificar o “Código do Guilherme”, detendo os corruptos da “Povoação do Lótus”. Depois de participarem na “investigação”, cantaram e tiraram fotografias com o Guilherme.

O CCAC participou também no bazar organizado por vários serviços públicos no dia 27 de Maio no Fórum de Macau e nas actividades alusivas ao Dia Mundial da Criança promovidas pela Associação Geral dos Operários em 3 de Junho, no Campo de Futebol das Portas do Cerco. Pretendeu-se que, através dos referidos jogos, as crianças assimilassem as mensagens de honestidade e de respeito pela lei, para que tenham uma concepção correcta da integridade e do cumprimento da lei.



O Comissário contra a Corrupção participou na 4.ª Conferência de Procuradores Gerais da China e dos Membros da União dos Países do Sudeste Asiático que teve lugar em Abril, em Macau, tendo oferecido um banquete aos participantes no evento. Por ocasião do banquete, o Procurador Geral da Procuradoria Suprema Popular, Jia Chunwang, o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, e o Procurador do Ministério Público, Ho Chio Meng, conversando, (04/2007)



Visita de uma Delegação do Governo dos E.U.A. (06/2007)



Visita dos representantes do Comissário contra a Corrupção da Coreia do Sul (04/2007)



Visita dos membros da *Equal Opportunities Commission* de Hong Kong, chefiada pelo seu Presidente, TANG Yee-bong, Raymond (4.º à esquerda) (06/2007)



Sessão sobre "Carácter Nobre, Conduta Íntegra" realizada em português (05/2007)



Troca de opiniões entre a Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção, Ho Ioc San (2.º à esquerda), e os dirigentes da Associação Geral dos Operários aquando da sua visita à Delegação do CCAC (03/2007)



Visita dos representantes do CCAC à Associação dos Surdos (05/2007)



Reprovado no exame de condução e barreira linguística

Desenho: Kuan Man Chon

1 Um dia, Ah Sam estava a fazer o exame de condução.

2 Ah Sam

3 De acordo com o itinerário, não tem que virar à direita?

4 Ah! Sim. Sim.

5 Oh meu deus, que perigo!

6 Está a conduzir muito mal e não respeita as regras de segurança rodoviária! Assim não passa no exame. Por favor, volte para o centro de exames!

7 Foi ele que me obrigou a mudar de faixa de rodagem! Não dá para ver? Agora acusa-me de não respeitar as regras e de não ter uma condução segura?!

8 Isso é uma injustiça! Vou apresentar queixa ao CCAC!

9 Se temos de mudar de faixa de rodagem por instrução do examinador, quem é que vai prestar atenção aos outros pormenores? Depois acusou-me de não ter olhado para trás antes de mudar de faixa!

10 Não se vê qualquer infração ou irregularidade administrativa na avaliação que o examinador do IACIM fez na sua prova prática. Por isso, a sua acusação é improcedente.

11 O examinador reprovou-o na prova prática por causa da sua manobra perigosa ao mudar de faixa de rodagem e não por não ter seguido as suas instruções, nem por causa da barreira linguística.

Só se deve mudar de faixa de rodagem depois de se assegurar que não existe qualquer perigo em efectuar a manobra.

Tenho dificuldade em compreender cantonense. Acho que se ele falasse mandarim teria sido aprovado no exame! Porque é que o examinador não falou mandarim comigo durante o exame?

Nos termos do Código da Estrada, o condutor, ao iniciar qualquer manobra, deve previamente assegurar-se de que o pode fazer sem causar perigo ou embaraço para o trânsito. Por outro lado, de acordo com o Regulamento do Código da Estrada, desconhecer as regras de trânsito relativas à mudança de faixa de rodagem é uma das causas de reprovação no exame de condução.

4 local JORNAL TRIBUNA DE MACAU | QUINTA-FEIRA, 1 DE JUNHO DE 2007 | WWW.ATM.COM.MO

CHIEF DO EXECUTIVO ENCONTROU-SE COM RESPONSÁVEIS DA ADMINISTRAÇÃO
Edmund Ho apela à integridade das chefias

O **Chief do Executivo apela** ao empenho de dirigentes e chefias da Administração na promoção da honestidade e integridade no exercício da acção governativa, incentivando-o a "assumir com coragem as responsabilidades" e a "acompanhar a evolução dos tempos".

O Governo e os responsáveis de diversos níveis da Administração "são de diferentes naturezas, mas todos têm a mesma missão: servir ao público", afirmou Edmund Ho ao fazer um discurso de boas-vindas aos funcionários públicos, antes de se dirigir ao Conselho Executivo da Administração Pública (CCAC). Edmund Ho não encontrou quem estivesse antes com dirigentes e chefias de EAPD.

De acordo com uma nota oficial, Edmund Ho falou também "sobre compromissos, proactividade e sentido dos responsáveis para com os funcionários públicos", bem como o apelo à integridade e honestidade na função pública, tendo em vista "uma maior conexão do corpo de funcionários e qualidade dos serviços prestados".

Para o Chief do Executivo, as mudanças resultantes da reforma da administração pública são essenciais para garantir a integridade e a transparência da acção governativa e a prestação de serviços de qualidade ao cidadão. Edmund Ho afirmou que o processo de desam-



Edmund Ho encontra-se com membros do Conselho Executivo da Administração Pública (CCAC) para discutir a integridade e a honestidade no exercício da acção governativa.

refere os mecanismos previstos de transição e não apenas a actualidade pública, mas a prestação de serviços ao cidadão e a promoção da integridade e honestidade.

A importância do "Chief do Executivo" não é apenas a sua função, mas a sua postura e o seu exemplo. Edmund Ho afirmou que o "Chief do Executivo" deve ser uma figura que inspire e que promova a integridade e a honestidade.

Em conclusão, Edmund Ho afirmou que o "Chief do Executivo" deve ser uma figura que inspire e que promova a integridade e a honestidade.

CCAC REMETE AO MP ALEGADO CASO DE CORRUPÇÃO NA PJ

Umas horas às voltas...

TRÊS INVESTIGADORES da Polícia Judiciária (PJ) são suspeitos de se terem aproveitado da investigação de um caso de tráfico de droga para exigir a um traficante um suborno de 300 mil patacas. O caso, revelado ontem pelo **Comissariado Contra a Corrupção (CCAC)**, já foi remetido ao Ministério Público (MP).

A reacção da corporação surgiu no mesmo dia, com a PJ a explicar que já instaurou um processo e está a proceder a "uma investigação profunda" do caso.

Segundo o comunicado emitido ontem pelo CCAC, a denúncia foi recebida há mais de um ano e reporta-se a acontecimentos ocorridos na tarde de 21 de Abril de 2005. Nesse dia, três agentes da PJ, de apelidos Ng, Fong e Cheng, terão interceptado dois homens perto das Portas do Cerco - um deles tinha na sua posse mais de cem pílulas de "yaba".

Os agentes terão levado os dois indivíduos para o interior de um automóvel, ficando durante horas a circular por várias zonas da cidade. Durante esse tempo terão informado a vítima que incorria numa pena de entre oito a 12 anos e ter-lhe-ão exigido o pagamento de 300 mil patacas, para não ser preso.

Como o homem que tinha sido apanhado com os comprimidos de "yaba" não conseguiu angariar o dinheiro necessário - apesar dos vários telefonemas a familiares e amigos -, os dois indivíduos acabaram por ser conduzidos à PJ para investigação. O indivíduo que não possuía droga foi libertado.

No decorrer da investigação, as pessoas



Um indivíduo que não possuía droga foi libertado. No decorrer da investigação, as pessoas que receberam os telefonemas da vítima acabaram por contar ao CCAC o pedido de ajuda dos amigos.

Ontem, a PJ reagiu em comunicado à nota do CCAC, prometendo "prestar todo o apoio e colaboração". Afirmando ter já "recebido uma queixa apresentada por indivíduo em causa", a PJ explica que "instaurou um processo e está a proceder a uma investigação profunda, para apurar a veracidade do caso", ao mesmo tempo que espera "acelerar a instauração do processo disciplinar".

A PJ lembra ainda que foi criado entretanto "um mecanismo de fiscalização e apresentação de queixas para prevenir a prática de actos violadores da lei do pessoal e punir os transgressores das disciplinas da Polícia". Mesmo assim, promete "reforçar a supervisão e controlo do comportamento do seu pessoal", mostrando-se "aberta a receber as opiniões e reclamações das sociedade".

Macau/Delta

Ao Man Long decide hoje sobre instrução



CCAC investiga caso de abuso de poder Inspector da DSAL apanhado em flagrante

O **inspector** encarregado pelo CCAC de investigar o caso de abuso de poder do Inspector da DSAL apanhado em flagrante, decidiu hoje sobre a instrução a dar ao caso.

O caso envolve um inspector da DSAL que foi apanhado em flagrante a receber dinheiro de um indivíduo em troca de uma autorização de trabalho. O caso foi denunciado ao CCAC e este decidiu hoje sobre a instrução a dar ao caso.

O caso envolve um inspector da DSAL que foi apanhado em flagrante a receber dinheiro de um indivíduo em troca de uma autorização de trabalho. O caso foi denunciado ao CCAC e este decidiu hoje sobre a instrução a dar ao caso.

INDIVÍDUO ESTAVA LIGADO À AGENCIA DE RECURSOS HUMANOS

Inspector da DSAL suspeito de pedir dinheiro por vistos

Um **inspector** dos Serviços para os Assuntos Laborais foi ontem apresentado ao Ministério Público, por alegado abuso de poder. É suspeito de pedir dinheiro a indivíduos do Continente em troca de autorizações de trabalho.

O caso envolve um inspector da DSAL que foi apanhado em flagrante a receber dinheiro de um indivíduo em troca de uma autorização de trabalho. O caso foi denunciado ao CCAC e este decidiu hoje sobre a instrução a dar ao caso.

Na quinta-feira à tarde, o inspector foi detido em frente a um hotel pelos investigadores do CCAC, quando recebia três mil patacas de um trabalhador não-residente.

O homem detido, de apelido Lei, trabalha na DSAL há vários anos. Após investigação, suspeita-se que, em conjunto com outras pessoas, tenha aberto uma agência de emprego.

política

Chiang ainda fora da lista de acusados

ASO AO 1 DEFESA CRITICA SILÊNCIO DE MP NA QUEIXA SOBRE VIOLAÇÃO DO SEGREDO DE JUSTIÇA

Chiang salientou que foi a própria DSAL a encaminhar o caso para o CCAC, após ter recebido uma queixa de um trabalhador não-residente contra o inspector em causa, que alegadamente lhe teria pedido dinheiro em troca de uma autorização de trabalho.

Shuen Ka Hung explicou ainda que a DSAL não instaurou na altura um processo disciplinar contra Lei, por recomendação do CCAC. Por outro lado, o responsável salientou que o inspector nunca esteve relacionado com o departamento dos serviços responsável pela importação de medicamentos - desde o final do mês passado que esta atribuição foi atribuída ao CCAC.

TERÇA, 26.6.2007



JORNAL TRIBUNA DE MACAU | SABADO, 16 DE JUNHO DE 2007

Hong Kong continua a investigar

Os investigadores da Polícia Judiciária de Hong Kong continuam a investigar o caso de um indivíduo que foi apanhado em flagrante a receber dinheiro de um indivíduo em troca de uma autorização de trabalho.

O caso envolve um indivíduo que foi apanhado em flagrante a receber dinheiro de um indivíduo em troca de uma autorização de trabalho. O caso foi denunciado ao CCAC e este decidiu hoje sobre a instrução a dar ao caso.

Tanto quanto sei, já queixei-me

Julio Miguel Barros, acrescentando que "há mais de um mês" que anda a "insidiar".

Barros afirmou que não se lembra de ter recebido qualquer comunicação da DSAL ou do CCAC. Barros afirmou que não se lembra de ter recebido qualquer comunicação da DSAL ou do CCAC.



A Administração Geral do Desporto pede aos funcionários que evitem problemas

Para a população em geral, 1625 milhões de dólares americanos é um valor astronómico, mas isto é apenas a verba das despesas com a organização dos Jogos Olímpicos de Beijing 2008. O investimento global que Beijing efectuou nas áreas municipais, de protecção ambiental e de trânsito, devido aos Jogos Olímpicos, atingiu os 280 mil milhões de remimbis. Perante este investimento avultado, é natural que a população se preocupe e se questione acerca do problema da corrupção e das formas de a evitar.

Segundo um dirigente da Administração Geral do Desporto, com o objectivo de evitar actos de corrupção relacionados com as obras dos Jogos Olímpicos, é exigido a todos os funcionários que evitem qualquer tipo de situação que possa suscitar esse tipo de problemas. Para isso, tem-se reforçado a coordenação e a implementação do regime adoptado em estrito cumprimento dos princípios da direcção unificada, da hierarquia de responsabilidades, do reforço da gestão e da intensificação da fiscalização, mantendo-se sempre o alerta através do reforço contínuo da especificidade e praticabilidade da educação.

“Os Jogos Olímpicos de Beijing têm de ser incorruptos”, esta é uma aspiração de todos os que estão interessados neste evento de nível mundial. “O Governo Central atribui grande importância à incorruptibilidade dos Jogos Olímpicos de Beijing. No dia em que foi constituído o Comité Organizador para os Jogos Olímpicos de Beijing, foi também criada a Comissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos”, salientou o vice-presidente do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Beijing, Li Binghua.

Este organismo de fiscalização próprio e independente é um passo sem precedentes na história dos Jogos Olímpicos. Segundo Li Binghua, a Comissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos é a entidade a quem compete fiscalizar a execução de todos os trabalhos preparatórios dos Jogos. Para tal, a Comissão elaborou o “Programa de fiscalização dos trabalhos” e as “Regras sobre Conduta Íntegra e Autodisciplina dos trabalhadores do Comité Organizador”, para além de divulgar os canais pelos quais podem ser feitas as queixas e denúncias.

À Comissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos compete, principalmente, exercer a fiscalização sobre o cumprimento da lei pelos trabalhadores do Comité Organizador e da entidade directiva das construções das instalações desportivas dos Jogos, sobre a integridade e autodisciplina desses trabalhadores, sobre a utilização dos recursos financeiros e materiais do Comité Organizador, para além de atender as queixas apresentadas pelo público. Os vogais da Comissão podem assistir às reuniões, pedir informações, interpelar o pessoal ou exercer fiscalização directamente sobre assuntos específicos.

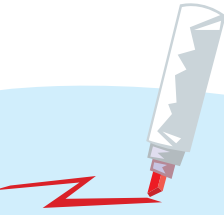
Para que as obras de construção dos Jogos Olímpicos não sejam corruptas, a Comissão de Fiscalização para os Jogos Olímpicos criou um procedimento rigoroso relativo às aquisições de bens e serviços, que é considerado um dos mais avançados a nível internacional. Esta medida que a Comissão lançou é impressionante, considerou o responsável pela Iniciativa Anti-Corrupção na Indústria da Construção e Engenharia da “Transparência Internacional”, Neil Stansbury.

“A decisão sobre as adjudicações das obras e dos contratos de empreitada das obras para os Jogos Olímpicos cabe a um comité de 20 a 30 peritos. Para evitar casos de corrupção activa ou passiva, cinco peritos seleccionados aleatoriamente por computador serão notificados através do telemóvel, momentos antes da reunião, no sentido de decidir sobre as adjudicações. Durante a reunião, os referidos peritos entregam os telemóveis para que não possam ser contactados pelo exterior e só podem abandonar o local depois da decisão ter sido tomada. Todas as contas bancárias relativas aos empreendimentos de construção devem ser submetidas a exame duas vezes por ano, o que é muito mais rigoroso do que em muitos países ocidentais em termos de obras de construção”, esclareceu Neil Stansbury.

Há alguns anos, o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos da China declarou que a China espera que o que os Jogos Olímpicos de Beijing deixem implementado um sistema de prevenção da corrupção que evite a ocorrência deste flagelo durante os Jogos e até mesmo nos 10 anos seguintes. O responsável da “Transparência Internacional”, que visitou a China várias vezes durante 2004, alimenta a esperança de ver tal objectivo tornar-se uma realidade.

Fonte: www.chinanews.com e www.xinhuanet.com.

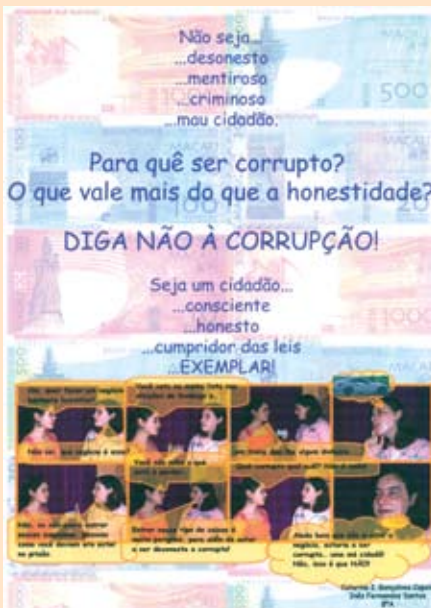




Trabalhos dos instruendos do Instituto de Menores

Depois da visita à Delegação do CCAC de alguns instruendos do Instituto de Menores, o Instituto continuou a organizar uma série de actividades, nomeadamente a apresentação aos outros instruendos, do trabalho do CCAC por parte dos que tinham visitado esta instituição.

Na fotografia pode ver-se 1 cartaz elaborado pelos instruendos para fazerem a sua apresentação do CCAC.



Trabalho 1.º classificado, elaborado por Catarina Capelo e Inês Santos, do 8.º ano, turma A.

Trabalhos dos alunos da Escola Portuguesa



O trabalho "Quem vê caras não vê corações", elaborado por Gabriela Pon, Joana Lopes, Ana Catarina Carvalho e José Maria Costa



"Corrupção, Não!!", trabalho de João Sio e Susana Gomes, do 8.º ano, turma A.



Trabalho em T-shirts feito por Patrícia Antunes, Tomás Mota, Tiago Terra e Paula Pinto

行賄受賄

A CORRUPÇÃO, QUER PASSIVA,
QUER ACTIVA, É SEMPRE PUNIDA

同樣犯法

勿存僥倖
法網難逃

Não confie na sorte
para escapar à lei

24小時舉報熱線 : **2836 1212**
Linha Vermelha - 24 horas

廉政公署
Comissariado contra a Corrupção
新口岸宋玉生廣場「皇朝廣場」十四樓
Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, Edif. "Dynasty Plaza", 14º Andar, NAPE
電話 Tel: 2832 6300 傳真 Fax: 2836 2336 www.ccac.org.mo

